

## INTERFACES ENTRE OS AGENCIAMENTOS MICROPOLÍTICOS DAS TRAVESTIS NA BAIXADA CUIABANA

### *INTERFACES BETWEEN THE MICROPOLITICAL ASSEMBLAGES OF TRANVESTITES AT BAIXADA CUIABANA*

Haydeé Tainá Schuster<sup>1</sup>  
Moisés Lopes<sup>2</sup>

#### RESUMO

O Zero é um território conhecido em Cuiabá pela extensão espacial e pela organização que mulheres cisgênero e travestis mantêm no trabalho de prostituição diuturnamente. Essa região é considerada bastante violenta, com altos índices de criminalidade e transfobia, que culminam numa constante reedição de estratégias de enfrentamento e agenciamento, uma vez que o Estado intervém de maneiras ineficazes na região no que se refere a violência. O presente trabalho objetiva apresentar as relações políticas observadas internamente no Zero, suas relações com as políticas públicas oferecidas pelo Estado, inclusive com a saúde pública e as ressignificações que elas fazem a partir destes encontros. Esses agenciamentos são possíveis de reflexão a nível interno, de relações entre as travestis e o Estado, quanto ao agenciamento da própria construção do corpo e do gênero.

**Palavras-chaves:** Antropologia da Saúde. Antropologia Urbana. Micropolítica.

#### ABSTRACT

*The Zero is a territory known in Cuiabá for the spatial extension and organization that cisgender and transvestite women maintain in the work of prostitution on a daily basis. This region is considered quite violent, with high rates of crime and transphobia, which culminate in a constant reprint of coping and agency strategies, as the state intervenes ineffectively in the region with regard to violence. This paper aims to present the political relations observed internally in Zero, their relations with public policies offered by the State, including public health and the resignifications they make from these meetings. These assemblages are possible for internal reflection, relations between transvestites and the State, regarding the brokering of the body and gender construction itself.*

**Keywords:** *Anthropology of Health; Urban Anthropology; Micropolitics;*

---

<sup>1</sup> Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Mato Grosso. e-mail: [haydeeschuster@gmail.com](mailto:haydeeschuster@gmail.com)

<sup>2</sup> Atualmente é Professor Associado I do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Mato Grosso. Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (2010). Pós-doutorado em Antropologia Social (2018) no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina. e-mail: [sepolm@gmail.com](mailto:sepolm@gmail.com)

## INTRODUÇÃO<sup>3</sup>

O Zero é um território localizado na cidade de Várzea Grande (MT), que faz parte da baixada cuiabana, devido à proximidade com a capital. Várzea Grande possui uma história bastante singular de criação: durante a Guerra do Paraguai, no século XIX, todos os presos considerados imorais eram exilados do outro lado do Rio Cuiabá e assim, foram vivendo e formando suas famílias na região. O imaginário que circunda a cidade e em especial, a região conhecida como “Zero” é de altos índices de violência, tráfico de drogas, e prostituição.

Esse medo da violência corresponde à realidade, de maneira parcial, uma vez que as estimativas apontam para um número considerável de crimes na região. Entretanto, o restante da população nutre um imaginário sobre a violência, cercado a região de histórias sobre assaltos, homicídios e tráfico de drogas, sempre colocando como vítima nas histórias a pessoa que vem “de fora” do Zero. Esse medo torna-se correspondência parcial da realidade na medida em que os números apontam para crimes motivados por transfobia e contra prostitutas cisgênero.

As pesquisas estatísticas apontam que 70% dos ataques homofóbicos (como são contabilizados pelo Estado) são promovidos por suspeitos do gênero masculino, e que o segundo crime mais praticado após a calúnia e difamação é a lesão corporal<sup>4</sup>. Isso reforça o imaginário de violência na região, mas que analisado mais profundamente se torna ambíguo, visto que as principais vítimas são as pessoas que trabalham na região e não o cidadão “de fora” que frequenta este espaço.

A região do Zero ficou conhecida assim, pois quando a cidade de Várzea Grande começou a ser urbanizado, o posto de gasolina que havia na rodovia e que leva o nome de “Posto Zero” foi considerado o marco inicial da cidade. Na década de 1980, esse posto era o único da região, e por isso, caminhoneiros paravam para pernoitar enquanto mulheres cisgênero já faziam ponto ali. Com o aumento de número de motéis na região, o número de trabalhadoras do sexo também

---

<sup>3</sup> Esse texto é parte do resultado de uma etnografia que culminou na dissertação de mestrado intitulado “A dona da rua: territorialização e Performance de gênero a partir da prostituição de travestis” (pesquisa realizada entre os anos de 2017 e 2018) e refere-se em sua maioria aos assuntos abordados ao capítulo 3 dessa dissertação.

<sup>4</sup> Dados oferecidos pelo Grupo Estadual de Combate aos Crimes de Homofobia (GECCH), com levantamento estatístico entre 2011 e 2015.

aumentou e o território começou gradualmente a ganhar visibilidade para as pessoas do meio e também para pessoas de outros locais.

Atualmente o Zero é um espaço praticamente no centro da cidade de Várzea Grande, onde se instalaram comércios voltados para mecânica, bares e motéis distribuídos em quatro quadras. Diuturnamente existem pontos de prostituição de mulheres cisgênero e travestis na região, que se organizam e se distribuem entre as distintas ruas. Em 2006, as profissionais do sexo que trabalhavam na região reuniram-se por intermédio do Centro de Referência em Combate à Homofobia e estabeleceram um código de moral e conduta que abrangia desde comportamentos, uso de vestimentas, além de permanência ou proibição de acesso a determinadas ruas. Esse acordo apenas deixou mais claro e legitimou a organização interna do ambiente que as travestis do Zero já possuíam que culminam na divisão de espaços através dessa organização e numa classificação que varia de acordo com as modificações corporais realizadas.

Assim, essa classificação entre as distintas personagens que trabalham e circulam no local é compreendida como central para elas, se baseando na seguinte subdivisão:

- 1 – “as gays”, “os gays”, “as bichas”;
- 2 – “as travestis”;
- 3 – “as travestis tops”;
- 4 – “as donas de pensão”.

A primeira categoria, a considerada inferior, são “as gays” – algumas travestis falam com artigo feminino, outras no masculino, “os gays” e outras chamam a mesma categoria de “bichas”. A categoria “bicha” é mais utilizada quando o garoto homossexual afeminado decide virar travesti e começa a “fazer ponto”<sup>5</sup>. Essa categoria pode ser modificada através do tempo de trabalho, quando as bichas vão mudando seus corpos e tornam-se travestis.

Isso significa que elas podem ocupar uma rua mais perto da avenida e pontos mais próximos dos motéis, que normalmente possuem mais segurança e são iluminados, mostrando seus corpos. Simultaneamente as travestis que são avaliadas pelos pares como pouco femininas

---

<sup>5</sup> Fazer ponto é a expressão utilizada para apontar o espaço da calçada na qual a trabalhadora do sexo ocupa para esperar cliente. O ponto só existe se houver alguém “fazendo” ele. Sem ninguém, o espaço inocupado torna-se apenas uma via de passagem de pedestres.

ou feias, normalmente “fazem ponto” numa esquina ou embaixo de alguma árvore. Quanto mais feminina, e mais natural forem unhas e cabelos, elas se aproximam da Rua Um do Zero, ou “a rua das tops”.

Apesar do constante “afrente” das “bichas” em relação às travestis, segundo as regras pré-estabelecidas entre os pares, a “bicha” só poderá passar para uma rua mais clara e mais próxima da Avenida caso faça alguma intervenção no corpo, como cirurgia no nariz ou “bombar”<sup>6</sup> peito e bunda e após trabalhar certo tempo no Zero. Também será mais valorizada se morar em uma das pensões das travestis mais velhas, que acolhem e recebem as bichas assim que saem de casa.

Com o tempo de trabalho, as bichas vão mudando seus corpos e tornam-se travesti. É dessa maneira que a performatividade<sup>7</sup>, ou seja, como o comportamento vai construindo o gênero, se interligando aos territórios ocupados e constituindo as hierarquias que correspondem às categorias nativas. As travestis Tops já “levam a prostituição à sério”, tendo a prostituição como fonte de renda para viver, não somente como algo auxiliar para comprar bebidas ou ir em festas, como no caso das “bichas” e “gays”.

Além de bichas, travestis e travestis Tops, a hierarquia também inclui o símbolo máximo de ascensão: ser dona da pensão onde as travestis moram e administrar os pontos. As donas de pensão do Zero são figuras conhecidas por serem as primeiras a se prostituir na região e abrir espaço dos pontos para travestis. São elas que ocupam o lugar de reconhecimento, e por isso, insinuar que a dona da pensão é uma cafetina ou agenciadora pode gerar grandes conflitos. Essas são as travestis que merecem mais respeito, pois “se dão ao respeito”.

Haraway (2004) e Rubin (1984) compreendem como o gênero também demarca questões de poder e *status*, que no contexto do Zero são percebidas das relações entre travesti e cliente, travesti e bicha, travesti e dona da pensão. Também são pensadas como os usos desse poder na hierarquia interna, acabam ressoando na questão da violência que existe em relação às bichas e

---

<sup>6</sup> Inserir silicone industrial no bumbum e nas coxas.

<sup>7</sup> A performatividade de gênero é um assunto bastante extenso que não se torna central na discussão proposta por esse artigo. Para mais publicações sobre o assunto, consultar Judith Butler (2016;2003).

travestis periféricas e mais ainda, em como a hierarquia se torna importante estratégia de segurança.

A hierarquia interna e a relação com as pessoas que são consideradas do “*Mundo de fora*”, contribuem para a categorização de quais atos são considerados agressões, quais são violência e quais são transfobia.

## 2. HIERARQUIZAÇÃO E MICROPOLÍTICA

Partimos neste texto das discussões de Guattari (1996) a respeito da micropolítica e de suas relações com a política do Estado e de sua afirmação de que “as lutas sociais são ao mesmo tempo molares e moleculares” (p. 128). Isso significa dizer, em nosso contexto de investigação, que as lutas molares podem ser compreendidas como as disputas entre as pessoas de fora do Zero ou do Estado com as pessoas de dentro do Zero. E, de modo distinto, as lutas moleculares são compreendidas no âmago das relações internas, ou seja, da micropolítica entre os sujeitos de dentro do Zero.

Tanto a violência quanto a transfobia possuem modos diferentes de serem categorizados e significados distintos para as travestis do Zero, sendo distinguidas principalmente pelo objetivo do agente que pratica o ato e qual a relação desse agente com a vítima (se é uma luta molar ou molecular). Por isso, tanto a micropolítica interna, quanto as relações com as organizações não governamentais servem de base para compreensão do que seria violência e do que seria transfobia.

A micropolítica é pensada por Guattari (1996) como uma “questão analítica das formações do desejo no campo social” (p. 127). Deste modo, as lutas sociais podem ser compreendidas como molares ao fazerem referência às diferenças amplas entre camadas, em nosso contexto etnográfico ecoam as distinções entre as travestis do Zero e o restante da população cisgênero, ou a violência das pessoas do mundo de fora/Estado para o mundo de dentro. Já, podem ser entendidas como moleculares ao envolverem a hierarquia interna e as questões de poder, entre as pessoas do mundo de dentro. Essa distinção entre o que é molar e o

que é molecular se torna importante na medida em que a categoria violência e a categoria transfobia estão totalmente atreladas a esses níveis e só são compreendidas totalmente ao fazerem referência estas distintas dimensões.

Essas esferas micro (moleculares) e macro (molares) não se encontram opostas ou separadas, elas são encontradas de maneira simultânea nos processos de singularização ou de tentativa de representatividade e identidade, no entanto, estamos aqui fazendo um esforço analítico de separação para compreensão de suas dinâmicas únicas. Numa situação de agressão a uma travesti, podemos perceber níveis molares de violência – principalmente no que se refere ao agente praticante – e os níveis moleculares – a organização interna estabelece essas diferenças de poder e de abuso dele. Por isso “toda prática micropolítica consistiria exatamente tentar agenciar processos de singularidade no próprio nível onde eles emergem” (GUATTARI, 1996, p. 130). Uma análise micropolítica está justamente no cruzamento das esferas molares e moleculares de uma determinada realidade social.

Em um nível molar, a violência para as travestis do Zero é compreendida como oriunda dos clientes que se vingam quando são furtados, ou quando um policial age de maneira agressiva numa revista ou ainda quando existe um motivo prévio para essa violência. A violência que ocorre no nível molar (entre as camadas) é distinta da transfobia em si por conta desse motivo prévio, que é dado pela travesti, enquanto a transfobia é uma agressão de caráter e cunho pessoal, sem nenhum motivo direto (como furto por exemplo) dado pela travesti como antecessor. Embora em ambos os casos haja agressão, a violência não possui um caráter de ataque pessoal sendo só realizada por que motivada, enquanto a transfobia possui esse caráter de ataque pessoal.

As agressões na maioria das vezes são físicas e verbais, e para as travestis só ocorrem por alguns motivos como, por exemplo, as travestis mais periféricas que são acusadas constantemente de arrumarem brigas com clientes e “queimarem” o ponto de prostituição por deixar uma reputação de “barraqueira”. Negar-se a buscar droga para o cliente, quando combinado previamente no valor do programa também pode acarretar em violência. Outras situações que podem ser consideradas gatilhos de violência são as quais as travestis ameaçam

expor clientes a público caso não paguem “a mais” que o combinado ou no caso de furto aos clientes. Incluso nessa mesma categoria “violência” ainda existe a agressão que parte do segurança particular que, em nome da dona da pensão, age com medidas corretivas caso haja desorganização de espaço.

Todas essas questões citadas não são consideradas transfobia, pois não se originam “do nada” (uma das características da transfobia para elas), não possuem um cunho de ofensa pessoal e não estão diretamente ligadas ao fato da travesti ser travesti. Quando falam sobre violência, é comum recorrerem a essas situações, Rosa sempre que voltava a esse assunto, comentava:

Eu já vi muita travesti morrer de graça por vingança de cliente. Por isso tem que ter a disciplina do segurança da dona da pensão para preservar elas mesmas de sofrerem violência depois pela própria rebeldia de não respeitar o espaço e a organização. (ROSA , informante / diário de campo, 2018).

A questão da violência recai quase sempre no uso de drogas e medicamentos, uma vez que os furtos de clientes são motivados pela compra de drogas para elas mesmas e esse seria o principal motivador da contrapartida da violência. Também existe um índice bastante alto de uso e prescrição de medicamentos para ansiedade e depressão, que são usados por vezes em substituição às drogas. Drogas e medicamentos são assuntos pouco falados entre elas e entram mais como forma de acusar as travestis que “queimam o ponto” – isso quando o tema vem à tona – do que para compreensão de algum processo de adoecimento.

As travestis Tops se vangloriam por não usarem drogas, sendo este um dos principais motivos delas não terem muitos casos sobre violência em relação aos clientes, além disso, justificam que por serem “limpas” conseguiram subir na hierarquia. Contudo, a maioria dos Tops relata já ter entrado no Zero sendo “apadrinhada” com mais carinho pela dona da pensão. A dona da pensão não é percebida com alguém que use de violência para organizar o território do Zero e as kitnets, mas sim, é vista como a figura que organiza o espaço e disciplina comportamentos inadequados que gerariam a violência de fato. A agressão da dona da pensão

é compreendida como uma medida educativa, como uma forma pedagógica de ensinar já que hierarquicamente, ela é a figura que ensina a ser travesti e a trabalhar no Zero.

Larissa Pelúcio (2009, p.70) explica sobre esse espelhamento do corpo de uma travesti para com a outra e principalmente a questão da identificação com as travestis mais velhas: “Nas esquinas é que as travestis, muitas vezes, têm a sensação de pertencer a algum lugar. Um lugar que começa no corpo de outra travesti” e que se estende a tribo, como Ana se refere, a segunda família que recebe e não julga sua sexualidade, mudança de gênero e trabalho, que cuida para que não sejam violentadas “pelas pessoas do mundo lá fora”.

Já as travestis periféricas, se consideram rebeldes e nutrem o estima atribuído pela dona da pensão. Haraway (2004) apesar de referir-se mais as teorias de gênero que explicam o feminismo, compreende as relações de poder que permeiam a transversalidade que o olhar a partir do gênero pode possibilitar. As questões raciais e principalmente de região geográfica de origem, possibilita que pensemos em como as Tops, que estão mais perto do binarismo apesar de manterem o pênis, que são brancas, de família de origem de classe média baixa e alta, também são as maiores compactadoras do papel importante que a dona da pensão possui e, com isso, para a manutenção do sistema hierárquico que organiza o espaço do Zero.

São essas travestis Tops que são recorrentemente chamadas para representarem as travestis do Zero em reuniões, propagandas vinculadas à mídia, serem porta-vozes das ONGs.

Essa questão da representatividade é algo bastante recorrente, uma vez que essas travestis possuem um nível maior de escolaridade, de poder aquisitivo e financeiro. Enquanto a outra esmagadora parte depende exclusivamente da renda da prostituição para não passar fome e não possuem rede de apoio social alguma que as ampare. Por isso, a recorrência delas – as travestis periféricas – não quererem se envolver nos assuntos “oficiais” do Zero ou fazer parte de qualquer coletivo que seja, pois não se sentem representadas pelas travestis Tops e não querem também “bater de frente” com as que são mais próximas da dona da pensão.

Esse tipo de atrito culmina nas brigas internas, que ocorrem normalmente por que alguma travesti “queimou o ponto” ou tentou se realocar num ponto que não pertence a dona da pensão em que está instalada, até mesmo outras que chegam de outras cidades e ainda não

estão instaladas e acabam chegando até o Zero sem se importar muito com essa organização, afinal “a rua é pública e ninguém é dona dela” – uma fala recorrente. Apesar de todas essas tensões internas, as brigas entre si, a agressividade e ameaça de despejo constante da dona da pensão, não são relações consideradas violentas, pois a violência vem dos clientes e de representantes do Estado, como a polícia, e não do nível molecular (entre seus pares).

Guattari (1996) quando se propõe a pensar na análise de uma micropolítica interna, coloca em questão o modo como o nível molecular irá reproduzir a subjetividade dominante, percebendo como as diferenças de nível molar são repensadas e reeditadas no nível molecular, que emergem principalmente quando caímos na esfera de um grupo minoritário que discute o que é representatividade. O território do desejo é visto como algo confuso e nebuloso, que precisa ser mediado e se não pela falta do Estado, por uma figura que realize essas mediações – a dona da pensão. Esse conflito interno pode ser pensado e nomeado pela ótica do que Guattari chama de “ruptura de agenciamento”, em outras palavras, as travestis não podem fazer o que bem entendem, são cerceadas de seus agenciamentos seja pela polícia, pela dona da pensão e ou ainda por seus próprios pares.

Para além da ruptura do agenciamento, a vida de uma travesti é cercada de violência em níveis subjetivos e físicos, de negação a vida em sociedade e de todos outros direitos seja pela escola, pelo mercado de trabalho ou mesmo pela família. Não é uma surpresa que esse seja o assunto mais recorrente em suas conversas e que haja níveis distintos de interpretação do que é somente agressão, do que é violência e do que é transfobia, afinal, é algo tão constante e corriqueiro, que conforme afirma Rosa: “já estamos calejadas. Tem coisa que estamos tão acostumadas que nem achamos mais que é violência. Transfobia então, só se houver algo pessoal envolvido. Não adianta se estressar por coisa pequena de agressão, de batida policial e nem de nada. Aprendemos a ser fortes desde que nos assumimos homossexuais na adolescência, é uma defesa nossa não prestar atenção em certas violências”.

A antropóloga Veena Das (2011) dedica-se a pensar sobre violência, gênero e subjetividade de forma interseccional e, apesar de refletir sobre feminismo e violência de gênero mais propriamente contra mulheres em regiões de conflitos, pauta-se em algumas linhas de

pensamento muito interessantes para a reflexão acerca do que as travestis do Zero também falam.

É comum a visão da violência como algo extraordinário, pensando o campo da violência constituído de papéis rígidos na dualidade entre agressor – vítima. Contudo, o que se percebe no Zero é uma distinção: quando se trata de violência não existe agressor e vítima, pois houve uma situação prévia em que a travesti praticou algum ato transgressor. Já a transfobia é vista de maneira unilateral agressor/vítima uma vez que ocorre sem situação prévia e possui um caráter de acusação pessoal.

Veena Das (2011) constrói a reflexão acerca da violência percebendo que o tempo possui agência e trabalho. O tempo é capaz de fazer com que a pessoa violentada volte a se inserir na sociabilidade, torna a pessoa menos vulnerável a atos violentos considerados de menor escala ou que deixam de ser categorizados como violência. Em contrapartida, a existência dessas pessoas e sua própria sobrevivência – algo simples para quem não faz parte desse ciclo de violência – passa a ser considerado um verdadeiro ato de heroísmo. O gênero, e nesse caso o que não é nem reconhecido como gênero, mas como algo além dele – o prefixo “trans” – demarca de fato a sub-existência dessas pessoas, passa a ser o principal fator que gera violência.

Sobreviver se torna um ato de heroísmo, por isso dificilmente uma travesti irá fazer grandes planejamentos em sua vida. É bem possível que até os 30 anos, faixa etária próxima ao limite da expectativa de vida, viva-se um dia de cada vez e pouco tenha se imaginado num futuro. Não há planejamento de compras de imóveis ou veículos, de fazer graduação ou se engajar num relacionamento sério. Diariamente relembram a morte de suas colegas de trabalho sendo que todas elas já perderam alguma parceira de ponto, sem exceções.

Contudo, a vida não se resume à prostituição ou a estarem fadadas a nunca terem planos. Dentro do projeto de vida, cabem algumas alternativas que inserem o status “dona de pensão” dentro do campo de possibilidades. Esse campo de possibilidades pode ser compreendido como um rol de opções de expectativa de vida e de planejamento, dentro dos processos sócio-

históricos e dos contextos sociais que movimentam a trajetória de vida do indivíduo social (VELHO, 2003).

Por isso, compreender as relações hierárquicas de poder na micropolítica e as formas de agressão também impacta no modo de perceber e compreender as trajetórias individuais e pessoais de cada informante dessa etnografia.

### **3. RELAÇÕES COM A POLÍTICA DO ESTADO: O NÍVEL MOLAR DE RELAÇÕES DE PODER**

Partindo da política molecular que se trata das estruturas de poder e hierarquização internas do Zero, da categorização do que é hostilidade, do que é violência e do que é transfobia, dos modos de existência e resistências possíveis pela negociação constante da identidade que se passam no “mundo de dentro”, deparamo-nos com outro tipo de violências: a do nível molar, representada e tendo como agente o Estado. A agressão em um nível molecular se dá de maneira interna – na micropolítica – enquanto a violência está ligada a um nível molar – às estruturas do Estado. Apesar da violência praticada pelos representantes do Estado estar ligada a identidade de gênero das travestis, não é algo visto por elas como transfobia, apesar de ser categorizada pelo próprio Estado como uma violência praticada.

Essa relação de abjeção do Estado em relação à pessoa trans é bastante refletida por Berenice Bento (2017), percebendo o gênero como uma máquina de produção de corpos binários e que necessitam passar por uma inteligibilidade, tanto em sua estética, quanto estar em consonância com o papel que a reconhece como cidadã – a certidão de nascimento – e que atesta seu gênero. O que se nota é uma “infantilização” – pelas palavras de Berenice Bento ao se negar a capacidade de agência de mulheres sendo trans ou não: “a infantilização e a patologização são retóricas do poder colonial” (2017, p.35).

Quando a autora se pergunta: “os direitos humanos são para quais humanos?”, ela coloca em xeque as categorias “humanos” e “direitos”, considerando que humano e humanidade não são categorias evidentes e nem constructos naturalizados. Quando uma travesti é vítima de

transfeminicídio, o que temos é uma negação da humanidade e, quando o Estado nega o direito à segurança e à existência, empurra as travestis para o abismo da abjeção e em casos extremos, ao transfeminicídio, negando-lhes o direito de ser humano.

É interessante perceber como o Estado utiliza de grandes categorias como “pessoas trans” para criar leis, deslocando essas classificações de uma realidade dura e violenta como no caso das travestis e colando-o em categorias tão virtuais que se tornam inacessíveis de serem colocadas em prática como leis. Berenice Bento (2017) analisa como a academia tem dividido os sujeitos entre “velhos sujeitos” e “novos sujeitos”, enquanto o Estado tem buscado algo bastante semelhante, uma vez que as leis acerca de cotas, identidade de gênero, ações afirmativas para pessoas trans são discussões sobre “novos sujeitos” que não cabem nas leis para “velhos sujeitos”, em suas palavras:

O dispositivo do medo e da vergonha se mostra quando a vítima consegue sobreviver à violência e não denuncia o agressor, seja porque naturaliza a violência contra si (ela merece uma punição por não agir de acordo com o esperado) ou mesmo porque sabe que de nada adianta acionar o Estado, demandando justiça via ação criminal (BENTO, 2017, p. 57).

O que aparece fortemente marcado são as leis aprovadas no legislativo, mas não são executadas. Isso ocorre porque as leis deveriam ser pensadas em consonância com o coletivo, como uma forma escrita de representação de regras comuns. Inversamente a isso, as leis no Brasil são construídas com o objetivo de criar esse inconsciente coletivo e barrar atitudes de violência que são legitimados em seu âmbito estrutural, como a transfobia. É claro que há o objetivo de que, por exemplo, ao se criar uma lei de combate a transfobia isso fomente uma constituição de consciência sobre o assunto, mas o que percebemos são os arranjos que a pessoa que pratica o crime realiza para não ser penalizada, pois a lei não representa o coletivo (BENTO, 2017).

Enquanto os debates acerca do gênero crescem na academia, o legislativo (em todos os níveis) em contrapartida recebe a cada eleição, mais e mais deputados conservadores. Esse é só um dos pontos de origem de toda a situação que se reflete no Zero hoje. O transfeminicídio é uma questão recorrente já que no Zero o índice de mortes de travestis é bastante alto, o que

corroborar com os índices mencionados no início deste texto – um dos países que mais assassina pessoa trans no mundo.

A transfobia se inicia no nível material primeiramente: a pessoa trans carrega marcas no seu corpo que são impossíveis de passarem despercebidas, enquanto gays e lésbicas podem “não dar pinta” e passarem despercebidos em situações de perigo eminente. Quando esses crimes ocorrem, grande parte deles tende a ser contabilizados como vítimas gays ou lésbicas.

Em entrevista com Claudia Cristina Ferreira Carvalho, a coordenadora do Centro de Referência de Enfretamento à Homofobia (CRDH) que esteve ativamente no Zero entre 2002 e 2008<sup>8</sup>, comenta casos nos quais a polícia em investigação apontava a vítima nos autos como gay, descrevendo toda a investigação utilizando os pronomes no masculino. Ao ver as fotos dos autos do processo, Cláudia identificava que se tratava de uma travesti. Um caso que ficou bastante marcado foi em 2006, quando ocorreu o homicídio de uma travesti que ela costumava atender no Zero. O caso foi notificado como homofobia.

Ela conta que estava no centro de referência realizando trabalhos administrativos e tentava encaminhar algumas meninas lá do Zero para reabilitação devido ao uso abusivo de substâncias químicas, detectado em atendimentos anteriores. Já havia inclusive acionado os familiares dessas garotas cisgênero e trans que estavam nessa situação de vulnerabilidade. Nessa época, a polícia notificava o centro de referência caso qualquer coisa relacionada às garotas de programa do Zero ocorresse, e o órgão mantinha contato para garantir que nenhum direito dessas pessoas fosse violado pelo Estado. O telefone toca, é o tenente (as travestis o chamavam de “sargento” e por vezes de “tenente”, uma vez que a palavra sargento carrega o imaginário de rigidez) dizendo que um gay foi encontrado morto na ponte que liga Cuiabá a Várzea Grande e que tudo indicava que era alguém do Zero, pois foi “*encontrado morto, nu e portava drogas*”. O tenente usava pronomes masculinos para se referir as travestis do Zero.

---

<sup>8</sup> O Centro de Referência esteve vigente de 2008 até o ano de 2011, quando foi integrado a Secretaria de Recursos Humanos.

A pessoa encontrada foi descrita como alguém negro, com cabelos longos, unhas longas e que as roupas encontradas perto do corpo eram femininas. Não havia indício algum de que se tratava de suicídio, portanto, se tratava de um homicídio, que, posteriormente as investigações, concluíram ser motivado pela identidade de gênero da vítima. Cláudia comenta que lê todos os autos que relatam desde o espancamento da vítima e, ao ver as fotos entra em choque, pois era evidente que se tratava de uma travesti: o silicone no bumbum e coxas, as unhas postiças, o cabelo, a maquiagem e a peça fundamental – a calcinha que foi a única peça não retirada do seu corpo, que encobriam sua genitália: um pênis.

Nesse momento, as proposições do CRDH foram a de mudança do gênero que constavam nos autos do processo como masculino, a contabilização da vítima como crime motivado pelo gênero e não pela orientação sexual (como seria no caso de homofobia) e o uso do nome social toda vez que o processo se referisse a vítima. É interessante perceber que a peça de uso exclusivamente feminino – a calcinha – foi crucial para definição do gênero da vítima e desvelar a motivação do crime.

#### **4. O DISPOSITIVO DA TRAVESTILIDADE: AS AGÊNCIAS DOS PRÓPRIOS CORPOS**

O processo de modificação corporal para uma travesti é totalmente atrelado a sua existência, enquanto identidade de gênero e pessoa. Enquanto estiver viva, procedimentos de modificação corporal serão realizados, como a fala recorrente da interlocutora Dani: “*se eu parar de mexer no meu corpo é por que estou morta*”. Por isso, a relação delas com o saber biomédico que regulamenta seus corpos e oferece esses procedimentos dentro da normalização biomédica é algo que merece atenção.

Uma das primeiras modificações realizadas e que realmente as coloca no “mundo das travestis” é a hormonização. Essa é uma das primeiras modificações que são internas, enquanto as primeiras estão ligadas as unhas, cabelo e maquiagem, a hormonização é um procedimento irreversível e que é colocado “dentro” do corpo. Uma vez que o hormônio é constantemente

injetado no corpo, dificilmente haverá reversão do processo ocasionado pela estimulação que o hormônio faz no corpo.

A hormonização normalmente é realizada por algum farmacêutico de confiança da travesti, em doses injetáveis de anticoncepcionais. Por ser acessível tanto financeiramente, quanto por não precisar haver prescrição médica e ser pouco invasivo, é um dos primeiros procedimentos de modificação corporal que as travestis realizam. A partir do momento em que elas modificam o corpo de uma maneira irreversível, estão mais perto de serem consideradas travestis pelos seus pares.

Outro processo semelhante e pouco procurado é a hormonioterapia que é oferecida pela rede pública de saúde e realizada por profissionais da saúde, após avaliações psicológicas e socioeconômicas. Contudo, não é um serviço procurado pelas travestis do Zero, sendo mais usual que mulheres transexuais os utilizem, devidos alguns entraves como a questão de necessitar se reconhecer como transexual e não como travesti, o controle médico sobre o corpo e a dificuldade de adesão aos processos extremamente burocráticos.

Para realizar a hormonioterapia, existe a necessidade de enquadramento no Manual de Diagnósticos e Doenças Mentais – o DSM V – no que é reconhecido como “transtorno de Disforia de Gênero”, que compreende essa disforia como uma identificação com o sexo oposto, não reconhecendo o corpo biológico. Do DSM IV para o DSM V revisto em 2013, a mudança do termo “transtorno de identidade de gênero” para “disforia de gênero”, retirou a homossexualidade e a transexualidade da condição de patologia – apesar de ainda fazerem parte de um manual de diagnóstico de doenças. Contudo, a “travestilidade” continua no quadro geral de patologias ligadas a identidade e personalidade.

Esses fatores contribuem para que as pessoas que se considerem transexuais aceitem essa nomenclatura e, inclusive, se apoderem do discurso acerca da disforia de gênero para combater ataques transfóbicos, enquanto as travestis que ainda estão categorizadas como portadoras de uma patologia, neguem totalmente a disforia de gênero e não utilizem esse discurso para autodefesa, uma vez que o próprio discurso já as condena. Por não serem percebidas dentro da disforia de gênero e em contrapartida, não haver identificação com nenhuma das definições que o termo

“disforia” carrega, elas optam em não acessar os serviços formais de saúde que necessitam desse enquadramento para realizar o atendimento.

Os laudos utilizados pelos profissionais da saúde precisam necessariamente atestar que existe um desconforto do indivíduo em relação ao seu corpo para ter acesso aos procedimentos estéticos. Mas a noção de desconforto em relação ao “corpo” faz referência e enfoca apenas uma parte dele, apenas um órgão: a genitália. Fassin e Rechtman (2009) compreendem a noção de “trauma” como algo recorrente na identificação dos sujeitos pelo Estado. A necessidade de mediadores que produzam provas concretas e que atestem esse “trauma” para assim significar a experiência do sujeito que se submete ao saber biomédico, e, neste caso, a transexualidade necessariamente precisa ser atestada através de “eventos traumáticos”.

Essas apropriações das técnicas do saber biomédico e que se tornam agenciamento em relação às modificações corporais, que se encontra com as técnicas que são utilizadas para exercer o poder sobre seus corpos, são expressas tanto pela política quanto pela própria tecnologia médica, que em contrapartida se apropria das técnicas de cada um em relação aos seus corpos (FASSIN, 2004). Então, por mais que o Estado exerça o poder sobre os corpos, não existe de fato uma via unilateral e horizontal de poder, mas sim uma contaminação de práticas de ambos os lados.

As questões tratadas pelo Estado no que se refere às travestis que trabalham no Zero está focada nas questões que consideram “saúde” – reduzir números de doenças – sendo essas suas ações diretas. Contudo, as resoluções do Estado afetam-nas e retiram seus meios de existência como pessoa, restando a prostituição como via de reconhecimento do outro para se constituir como pessoa. A biopolítica exercida pelo Estado foi interpretada por Fassin (2009) como a política que governa a vida, e, dentro desse sistema, a medicina passa a ser pensada como um sistema cultural que age a partir sempre de um ponto de vista do processo de adoecimento e a enfermidade de maneira individual.

As reflexões pautadas no que é ser homem ou mulher de maneira instituída, e que conseqüentemente chegam até a circulação de poder, também permeiam o que é ser uma travesti “de verdade”. O dispositivo transexual então se pautaria na produção de corpos inteligíveis,

partindo do princípio que pessoas trans necessariamente possuem o desejo de readequação de suas genitálias, como supõe o CID 10 e o DSM V, e que estaria em sofrimento ao não se adequar totalmente, virando uma pessoa trans “de verdade” (BENTO, 2012). Podemos resgatar a noção de “trauma”, pautada por Fassin e Rechtman (2009), para compreender o motivo de o Estado precisar de uma comprovação de sofrimento.

A noção de trauma pode ser compreendida como um motivo de intervenção do Estado sobre os corpos, como uma maneira de produzir dados materiais acerca da insatisfação com o próprio sexo para então, a partir da confirmação do sofrimento dos indivíduos, intervir também. Contudo, para as travestis, a genitália não é o que define seu gênero, mas sim os seios, a bunda e o quadril dotados do simbolismo do feminino. O uso da terminologia “dispositivo”, então, se torna bastante coerente na medida em que demonstra esse assujeitamento às normas biomédicas de determinação da transexualidade, “chegou ao ponto de negociar a própria condição de sujeito” (BENTO, 2017, p. 150).

O dispositivo da transexualidade perpassa o cotidiano de pessoas trans de maneira mais clara e opressiva do que o dispositivo da sexualidade se faz presente na vida vivida de pessoas cisgênero:

A patologização significa que você precisa seguir protocolos e alguém precisa assinar um documento confirmando que você é quem você afirma ser [...] O Ministério da Saúde oferece uma carteira que reconhece sua identidade de gênero, sem perguntar nada sobre a cirurgia, sem perguntar se a pessoa passou ou quer passar pela cirurgia. Apenas reconhece [...]. Por que então eu preciso de um protocolo para alterar meus documentos oficiais de identificação? (BENTO, 2017, p.160).

Esse paradoxo demonstra de tal maneira, o quanto o dispositivo da transexualidade está engendrado no Estado e não se dá de maneira coerente. A obsessiva busca e preocupação por uma identidade essencial fixa faz com que o Estado ora assuma o posicionamento de contribuir para que a identidade seja o mais rápido possível reestabelecida e que fique transparente para a sociedade e ora reprime para que haja coerência.

O dispositivo da travestilidade perpassa de uma maneira ainda mais complexa pelo Estado, uma vez que não há o desejo de consonância e uma suposta adequação dos corpos ao gênero performado socialmente. A coerência cobrada pelo Estado que se torna minimamente

possível no dispositivo da transexualidade é impraticável quando a questão são os agenciamentos dos corpos e da existência das travestis.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a apresentar as relações políticas observadas internamente no Zero Km em Várzea Grande, suas relações com as políticas públicas oferecidas pelo Estado, em especial com a saúde pública e as ressignificações que travestis e transexuais efetivam a partir destes encontros. Esses agenciamentos são possíveis de serem pensados tanto a nível interno, de relações entre as travestis e o Estado, quanto no que se refere ao agenciamento da própria construção do corpo e do gênero.

Com este intuito, apresentamos o campo no qual foi desenvolvida a análise supracitada, trata-se da região do Zero Km em Várzea Grande. Inspirados na discussão foucaultiana sobre relações de poder, destacamos também a maneira pela qual as mulheres travestis se subdividem no espaço e em subgrupos hierarquizados, mostrando como tais relações influenciam na constituição de suas performances de gênero e na construção de suas subjetividades.

Avançamos na análise ao mostrar como as relações com o Estado – nesse ponto abordamos em especial a relação com os agentes de segurança – estão permeadas por uma visão da violência e da transfobia como uma relação marcada por uma dinâmica dentro-fora. Em outras palavras, um relacionamento entre as pessoas que vivem e trabalham no Zero e as pessoas “de fora” que frequentam e que eventualmente cometem atos violentos. Dito isso, como mostramos, não significa dizer que não existem atos de agressão entre as pessoas que vivem e trabalham no Zero, tão somente significa dizer que estes atos de agressão não são compreendidos pelas mulheres travestis como atos de transfobia; pelo contrário, muitas das vezes são tomados como atos de “educação” por parte de sujeitos que buscam enquadrar as pessoas em seus respectivos grupos de classificação.

Finalizando ressaltamos no que tange a relação das travestis com o campo da saúde na construção de seus corpos, apresentamos em nossa análise que se no “dispositivo da transexualidade” há o desejo de consonância e uma suposta adequação dos corpos ao gênero

performed socialmente imposta pelo Estado, esta imposição se torna minimamente possível no dispositivo da transexualidade, e impraticável quando a questão são os agenciamentos dos corpos e da existência das travestis.

## REFERÊNCIAS

- BENTO, Berenice Alves de Melo. A diferença que faz a diferença: corpo e subjetividade na transexualidade. **Revista Bagoas**, n. 4, 2009: pp. 95-112.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade?** Coleção primeiros passos. 2ª ed, São Paulo: Editora Brasiliense. 2012.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos.** Salvador: EDUFBA, 2017.
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo** (1993). In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado**, 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, nº 37, 2011.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Conceito De território.** In: PRADO, Caio (org). O que é Filosofia? São Paulo: Editora 34, 1993.
- FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **The Empire of Trauma: an inquiry into the condition of victimhood.** Princeton, Princeton University Press, 2009.
- FASSIN, Didier. Entre las políticas de lo viviente y las políticas de la vida. **Revista Colombiana de Antropología**, nº 40, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade.** 12ª ed, Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população:** Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.2008.
- GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 4ªEd, Petrópolis: Editora Vozes, 1996.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra: In: **Cadernos Pagu**, (22) 2004, p. 221-246.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia Urbana e o desafio da metrópole. In: **Tempo soc.** vol.15 no.1 São Paulo, 2003.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids.** São Paulo: Anablume, 1ª Ed. 2009.

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da sexualidade* (1984). Trad. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes, Revisão de Miriam Pillar Grossi. In: DIAS, Jamile Pinheiro. **Gayle Rubin: Políticas do Sexo**, 1984

SILVA, Hélio R. S. **Travestis: entre o espelho e a rua.** Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 31-49.

---

Submetido em: 20/12/2019

Aprovado em: 22/08/2020